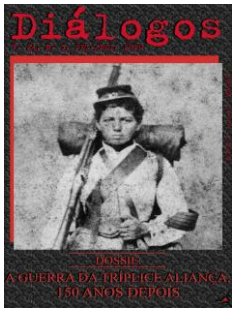

Diálogos

ISSN 2177-2940

"Estando autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada": percursos e limitações da trajetória do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury em Buenos Aires (1876)[1]

https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.56886

Gabriel Passetti

https://orcid.org/0000-0001-8311-5396

Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: gabrielpassetti@id.uff.br

"Estando autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada": percursos e limitações da trajetória do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury em Buenos Aires (1876)

Resumo: O artigo analisa os ofícios enviados por Luiz Augusto de Pádua Fleury, Encarregado de Negócios em Buenos Aires no ano de 1876, quando foi assinada a paz entre Argentina e Paraguai. O objetivo é verificar como um diplomata em ascensão na carreira, oriundo de uma típica família da elite imperial de província periférica, tinha sua atuação limitada pela hierarquia do ministério. A análise busca verificar como suas observações e análises eram marcadas pelo fato de ser monarquista e estrangeiro vivendo em uma república.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Tratado Irigoyen-Machaín; diplomacia; Política Externa do Império Brasileiro.

"Being authorized by Mr. Counsellor Baron de Andrada": paths and restraints in the trajectory of diplomat Luiz Augusto de Pádua Fleury in Buenos Aires (1876)

Abstract: The article analyzes the notes sent by Luiz Augusto de Pádua Fleury, a chargé d'affairs for the Brazilian Empire in Buenos Aires in 1876, when the peace treaty between Argentina and Paraguay was signed. The objective is to verify how a rising diplomat, whose origins are traced in a typical Imperial elite family from a peripheral province, had his performance limited by the hierarchy of the ministry. The analysis seeks to verify how his observations and analysis were marked by the fact that he was a monarchist and a foreigner living in a republic.

Key words: Paraguay War; Irigoyen-Machaín Treaty; diplomacy; Brazilian Empire Foreign Policy.

"Estando autorizado por el Sr. Consejero Barón de Andrada": caminos y limitaciones de la trayectoria del diplomático Luiz Augusto de Pádua Fleury en Buenos Aires (1876)

Resumen: El artículo analiza las cartas enviadas por Luiz Augusto de Pádua Fleury, Encargado de Negocios en Buenos Aires en 1876, cuando se firmó la paz entre Argentina y Paraguay. El objetivo es investigar cómo un diplomático en ascenso en su carrera, proveniente de una típica familia de la élite imperial de una provincia periférica, tenía su desempeño limitado por la jerarquía del ministerio. El análisis busca verificar cómo sus observaciones y análisis estuvieron marcados por el hecho de que era un monárquico y un extranjero viviendo en una república.

Palabras clave: Guerra del Paraguay; Tratado Irigoyen-Machaín; diplomacia; Política Externa del Império Brasileño.

Recebido em: 30/11/2020

Aprovado em: 13/12/2020

[1] O artigo apresenta resultados preliminares de pesquisa financiada por bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq e bolsa JCNE Faperj e também contou com o auxílio de pesquisadores vinculados a bolsas de Iniciação Científica CNPq e Faperj. Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, em especial a seu arquivista, Frederico Antonio Ferreira, sem o qual esta pesquisa teria sido inviabilizada.

Introdução

Em setembro de 1884 faleceu, em Assunção, Luiz Augusto de Pádua Fleury, então Encarregado de Negócios da legação imperial brasileira na capital paraguaia, aos 49 anos, quando se aproximava dos níveis mais altos da carreira diplomática.

A partir da análise da trajetória daquele homem, diplomata em ascensão e atuante na região do Prata desde 1872, o artigo busca analisar as origens sociais e os caminhos profissionais do seleto grupo de diplomatas imperiais para entender como eles observaram, descreveram e analisaram as sociedades em que viveram. Enquanto muitos dos formuladores e debatedores da política externa imperial já foram esmiuçados por uma série de pesquisadores (PIMENTEL, 2013), pouco se estuda sobre a atuação, os percursos e estratégias de ascensão na carreira dos diplomatas.

Para tal, o foco específico estará sobre a atuação de Fleury à frente da legação imperial em Buenos Aires em 1876, ano-chave por ter sido assinado o tratado de paz definitivo da Guerra do Paraguai, quando as tropas brasileiras foram retiradas do país derrotado e começou a se materializar nova correlação de forças na região.

O artigo apresenta primeiro aquele homem, identificando-o como um integrante de uma típica família de elite de uma periférica província imperial e suas estratégias para penetração na burocracia estatal. Na sequência, é apresentada a estrutura à qual ele se vinculava, na Secretaria de Negócios Estrangeiros, e as principais questões e dilemas daqueles representantes imperiais no exterior, em especial nas repúblicas hispano-americanas. Fleury esteve durante um ano e meio à frente da legação brasileira em Buenos Aires e, para que seja possível a análise dos ofícios por ele enviados, será apresentada breve descrição sobre a política regional naqueles anos.

Ao fim, a análise documental se centra sobre como aquele diplomata acompanhou as negociações e ratificações do tratado Irigoyen-Machaín, como se relacionou (e as crises que enfrentou) com outras autoridades brasileiras, como pretendeu discursivamente se colocar como hábil e bem relacionado negociador. Ele também foi assíduo comentador da política doméstica argentina, expressando em suas análises uma leitura bastante crítica do que via como instabilidades políticas e sociais decorrentes da adoção do regime republicano por aquele governo.

Luiz Augusto de Pádua Fleury, um homem de uma família do Império

Luiz Augusto nasceu em uma família da elite da periférica Província de Goiás, no ano de 1835, pouco antes do padre Diogo Antônio Feijó assumir a Regência Imperial. Seu tio, o também padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, um político e jornalista de destaque na Província, era

próximo ao novo Regente e foi indicado Presidente daquela Província, em 1837. Permaneceu no cargo por dois anos e depois se elegeu deputado provincial e geral.

Antônio de Pádua Fleury, irmão de Luís Gonzaga, era o pai de Luiz Augusto e também participou ativamente da política local, tendo sido escolhido Presidente da Província, entre 1848 e 1849. Ele foi eleito deputado provincial por diversos mandatos e teve cinco filhos e quatro filhas, a imensa maioria também vinculada aos poderes do Estado[2].

André Augusto de Pádua Fleury foi seu filho de maior sucesso. Após se formar bacharel em Direito em São Paulo (1853), foi deputado geral pela Província de Goiás por sucessivos mandatos e designado Presidente das Províncias do Paraná, Santa Catarina e Ceará nas décadas seguintes. Alcançou o ápice da carreira ao se tornar Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no gabinete conservador do Visconde de Paranaguá (1883-1884), apesar de vinculado ao Partido Liberal, e foi eleito para a Presidência da Câmara dos Deputados, em 1885 (RIBEIRO, 2015, p. 149). No entanto, é de se destacar que nem ele, tampouco seu pai ou seu tio, foram agraciados com qualquer título de nobreza.

Entre os irmãos, figuravam ainda José Augusto (desembargador da relação de Ouro Preto), Antonio Augusto (Coronel), Augusto Cesar (deputado provincial por Mato Grosso), Rosa Augusta (casada com o Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes), Augusta (casada com o desembargador Jeronimo Curado Fleury), Laurinda e Mariana (solteiras).

Estes dados familiares são relevantes para a identificação da origem social do diplomata aqui analisado. A atuação de seu tio em aliança com Feijó não atrapalhou, em Província tão periférica, a carreira de seu pai, aparentemente um adesista da Conciliação. Os trânsitos políticos dos dois irmãos e da geração seguinte os colocam em sintonia com a definição da elite imperial de José Murilo de Carvalho (2003), para quem "Essa elite se caracterizava, sobretudo, pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes" (p. 21).

Não temos informações sobre as atividades produtivas de Antônio de Pádua Fleury, o patriarca. Poderia ser um proprietário fundiário, talvez um comerciante de sucesso, talvez os dois. A certeza é a de que fazia parte da elite econômica, já que estava entre os poucos habilitados ao cargo de deputado provincial, sabidamente restrito pelos critérios censitários da Constituição. Sua ascensão a Presidente da Província e a inserção de dois de seus filhos (André Augusto e Augusto Cesar) nos circuitos políticos de Goiás e de Mato Grosso indicam considerável destaque naquelas periféricas Províncias.

[2] As informações pessoais e familiares foram retiradas do obituário: A pedidos. **Correio Official de Goiaz**, 29/11/1884. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/167487/4307. Acesso em 18/11/2020.

Por outro lado, o esforço para inserir seus filhos nas carreiras de Estado também é um importante indício de sabida estratégia de adaptação econômica descrita por José Murilo de Carvalho:

> Paradoxalmente, o canal de mobilidade mais importante que restou para os marginais do sistema econômico agrário-escravista foi a própria burocracia (...). A ambiguidade agravava-se pelo fato de que entre os que buscavam o serviço público como meio de vida não estavam apenas os marginais ascendentes do sistema escravista, isto é, os que nele não conseguiam entrar, mas também os marginais descendentes (CARVALHO, 2003, p. 40-41).

Entre os nove herdeiros do patriarca, dois homens seguiram a carreira do Direito (André Augusto e José Augusto) e duas mulheres se casaram com figuras deste mesmo circuito (Rosa Augusta e Augusta), tido como o mais garantido para a já descrita elite marginal descendente. Levar os herdeiros ao Ensino Superior era o caminho mais garantido para garantir seu lugar na elite, "uma ilha de letrados num mar de analfabetos" (CARVALHO, 2003, p. 65).

A trajetória pessoal e profissional de Luiz Augusto também indica esse esforço familiar para penetração no Estado Imperial. Aos dezessete anos (1852), como segundo cadete, foi enviado para estudos preparatórios em São Paulo e depois na Corte. Com "saúde fraca", voltou à Província três anos depois, para então ser enviado à Europa para cuidar da saúde e estudar (1856), onde se casou com uma francesa.

Em 1861, ele já fazia parte do corpo diplomático imperial e atuou tanto na Corte quanto nas legações na França e no Reino Unido, até ser designado adido de primeira classe[3] na legação em Washington, em 1864. Foi neste posto, onde serviu até 1871, que assumiu pela primeira vez como Encarregado de Negócios provisório. Lá teve contato com Domingos José Gonçalves de Magalhães, Ministro Plenipotenciário naquela legação entre 1867 e 1871. Em Washington, casou-se pela segunda vez (não se tem notícias sobre o destino de sua primeira esposa), com uma cidadã local.

Gonçalves de Magalhães foi transferido à legação imperial em Buenos Aires naquele ano de 1871 e logo depois Luiz Augusto já aparece nas listas de funcionários locais, agora também um degrau acima na carreira, como Secretário[4]. No Prata, ele assumiu provisoriamente o cargo de Encarregado de Negócios em Buenos Aires e em Assunção diversas vezes, vindo a falecer nessa última cidade, aos 49 anos.

[3] Segundo Rafael Bosisio, "No serviço diplomático, cujo trabalho era executado em legações no exterior, a hierarquia começava pelos Adidos de Segunda Classe, que também não recebiam qualquer remuneração. Promovidos, passavam a Adidos de Primeira Classe e, estes, a Secretários de Legação. As três últimas escalas seriam: Encarregado de Negócios, Ministro Residente e, por fim, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário" (BOSISIO, 2015, p. 24-25).

[4] Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Diário de Pernambuco**, 09/12/1872. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/6945. Acesso em 18/11/2020.

Na capital argentina, esteve no comando da legação entre julho de 1875 e dezembro de 1876, sob as ordens diretas de Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, o Barão de Aguiar de Andrada. Este havia recebido a missão de Ministro Plenipotenciário para as negociações com a Argentina e o Paraguai sobre o fim da Guerra, mas estava lotado em Montevidéu[5].

Enquanto as negociações entre os antigos aliados e os derrotados do conflito internacional permaneceram aos cuidados do Barão, o cotidiano da legação ficou nas mãos de Fleury. Desta forma, temos acesso a uma quantidade considerável de ofícios enviados por aquele homem a partir de uma das representações mais importantes do Império, fontes preciosas para conhecermos o pensamento de um diplomata em ascensão, vivendo em uma república, no período de início da decadência do regime monárquico.

Os diplomatas do Império nas Repúblicas Hispano-americanas

Fleury fez parte de um grupo bastante seleto de homens contratados pela Secretaria de Negócios Estrangeiros e, dentro desta, da carreira mais concorrida e prestigiada, a diplomática. Aquele era um cargo bastante disputado entre os filhos da elite imperial e, para ocupá-lo, não bastavam apenas os contatos na Corte. Desde meados do século, estabeleceu-se sistema de concurso público para a admissão,

> a ser presidido pelo Ministro de Estado e prestado perante o Oficial-Maior e os Chefes de Seção. Exigia-se que os candidatos tivessem perfeito conhecimento da gramática portuguesa, da ortografia, de aritmética, direito internacional, geografia e das línguas latina, francesa e inglesa, bem como caligrafia (BOSISIO, 2015, p. 25).

É evidente que concursos públicos, no Brasil imperial, com estes pré-requisitos, selecionavam um grupo extremamente restrito de homens, com origem social bastante semelhante, afinal dominar aqueles conteúdos e idiomas requeria redobrado investimento familiar. Os diplomatas compunham um grupo bastante seleto de homens com ampliada capacidade de circulação na Corte e poder de representação no exterior, portanto não bastava apenas o seletivo concurso formal, era preciso contar com apadrinhamentos para ascender na carreira.

A partir destes dados sobre o ingresso na Secretaria de Negócios Estrangeiros, é possível definir os representantes diplomáticos do Império com formação intelectual e social bastante semelhante. A análise de seus escritos internos, os ofícios enviados das legações no exterior,

[5] Luiz Augusto de Pádua Fleury (Fleury) para Barão de Cotegipe (Cotegipe). 06/01/1876. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Ofícios Recebidos, Buenos Aires, Volume 205/4/4.

permite o acesso às suas descrições sobre as políticas domésticas, os sistemas políticos e econômicos, a representação, atuação e imagem do Império no exterior (CORONATO, 2017, p. 534), e seus esforços para galgar andares mais altos na hierarquia do ministério.

Aqui procuramos analisar a produção daquele grupo bastante específico de burocratas, selecionado para representar o Imperador no exterior, a partir dos referenciais da história intelectual, entendendo-os como pertencentes a uma elite letrada e que "sua condição de 'elite' deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso douto, (...) à necessidade de uma linguagem elaborada, complexa, que remeta a uma tradição" (MYERS, 2016, p. 25).

Neste sentido, analisamos ofícios de Fleury dentro dos referenciais possíveis de sua época e do grupo ao qual se vinculava, entendendo que

> as "ideias", o "pensamento" estão sempre enraizados em um contexto histórico específico, e isso implica que estejam sempre "marcados", no que tange à sua possível gama de significados, pelas crenças, atitudes, esperanças, forças materiais e simbólicas de comunicação e, ainda, pelas imaginações possíveis da época em cujo interior se situam (MYERS, 2016, p. 26).

Ao recorrermos a estas fontes tão tradicionais da história diplomática com esse outro olhar, não procuramos mais verificar as tensões e propostas das negociações internacionais do Império Brasileiro, mas sim de que forma as bases sociais, culturais, de ideias e pensamentos daqueles homens marcaram as formas pelas quais eles observaram, analisaram e descreveram as sociedades em que viviam. As fontes privilegiadas para tal análise são os ofícios por eles enviados, pois enquanto documentos internos eles não eram pensados para circular, não precisavam considerar a recepção pública. Pelo contrário, eles tinham destinatários muito específicos: o chefe da seção, o diretor geral da Secretaria e o ministro.

Ao analisar tais escritos, consideramos a especificidade deste tipo de comunicação, entendendo que "o remetente quer alcançar a partilha e a compreensão. Em circunstâncias específicas, quer também convencer seu interlocutor e edificar um personagem" (FREDRIGO, 2010, p. 44). Como possuíam praticamente o monopólio da informação sobre o local em que viviam, os diplomatas possuíam o poder de construir interpretações e narrativas sobre a sociedade em que viviam e também sobre si e sobre suas próprias atuações naquele local.

Estrangeiros, eles viviam sempre uma relação de estranhamento, distanciamento e exotismo com relação à sociedade que os abrigava. Os representantes do Império Brasileiro estavam em uma situação ainda mais inusitada: quando na Europa, eram curiosos exemplares da monarquia tropical, e quando na América, eram muitas vezes confrontados com a hostilidade republicana. Como não

procuramos pela negociação internacional, mas pela forma como eles descreveram as sociedades, analisamos os ofícios procurando pelos indícios do "universo cultural no qual o viajante estava imerso, uma vez que suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o local visitado" (JUNQUEIRA, 2011, p. 45).

Para o mapeamento das ideias e do universo cultural de Fleury, recorremos à análise de Ilmar Mattos (1990) sobre o pensamento conservador no Império. Para aquele historiador, a elite imperial, em especial aquela dos saquaremas da Conciliação que estavam no poder ao longo de toda a formação, ingresso e ascensão de Luiz Augusto na diplomacia, associava "a Liberdade à Segurança (isto é, à noção de Ordem), à Monarquia constitucional e à manutenção da integridade territorial" (MATTOS, 1990, p. 145). Estes preceitos conservadores marcavam aqueles homens do Império. Para eles, a manutenção da Ordem deveria ser a principal preocupação dos governantes. Como o regime monárquico era central para aquele discurso, eles entendiam um binômio, em que o Império:

> se opunha às "repúblicas caóticas" da parte espanhola. Dessa maneira, estava clara a diferença que se devia estabelecer entre "nós" e "eles", entre o Brasil e os demais países da América do Sul, onde campeavam a desordem, a desunião e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas. O Brasil, em oposição, era forte, unido e, portanto, poderoso (PRADO, 2001, p. 131-132).

Esse jogo discursivo foi central para a construção da legitimidade monárquica no Brasil. As experiências das sublevações armadas das décadas de 1830 e 1840 marcaram os conservadores brasileiros e foram utilizadas no refinamento das concepções sobre estabilidade e violência política. Para manter seu lugar hegemônico na política imperial, os Saquaremas construíram uma interpretação da Ordem, associada à monarquia, em que o jogo político não era bem visto, pois levava às paixões, à violência, à desordem e a perdas (MATTOS, 1990, p. 188-189).

Aqueles diplomatas, viajantes monarquistas brasileiros, tinham cada vez mais as repúblicas como destino, por uma necessidade geopolítica, apesar da preferência e da maior quantidade de representações imperiais na Europa, mesmo em Estados com pouca interação com o Brasil[6].

O caso de Luiz Augusto de Pádua Fleury na legação em Buenos Aires no estratégico ano de 1876 é simbólico, já que ele estava em ascensão, mas não no auge da carreira, escrevia para um

[6] Segundo José Augusto Ribas Miranda, "Mesmo com a progressiva queda na diferença do número de legações diplomáticas do Brasil na Europa e na América, o quadro de representantes e funcionários (e os consequentes gastos) apresenta uma considerável disparidade entre os dois cenários, demonstrando uma aberta prioridade do Império do Brasil na manutenção das relações para com as monarquias europeias, alocando representantes diplomáticos de alto escalão (enviados extraordinários e ministros plenipotenciários) em reinos com os quais possuía mais interesses dinásticos que interesses políticos e comerciais, como em Áustria, Bélgica, e Itália(Estados Italianos antes de 1860), contando com representatividade diplomática durante todo o período de duração do Império" (MIRANDA, 2020a, p. 374.

gabinete que reunia dois dos políticos mais simbólicos do pensamento conservador da época, o Barão de Cotegipe (nos Negócios Estrangeiros) e o Duque de Caxias (na Guerra). Naquele contexto, seus escritos a partir de Buenos Aires são relevantes para entendermos adesão de elites das províncias periféricas ao projeto imperial e o quanto eles, ao descreverem as repúblicas, carregavam "os olhos do Império", parafraseando a Mary Louise Pratt (1999).

A política regional após a Guerra do Paraguai

Luiz Augusto de Pádua Fleury esteve na legação imperial em Buenos Aires durante os tensos anos entre o fim da Guerra do Paraguai e a assinatura dos tratados derradeiros, entre a Argentina e o país derrotado (1876), tendo permanecido depois ainda na região.

A partir de 1869, com a ocupação de Assunção pelas tropas imperiais e, do ano seguinte, com a morte de Solano López, os antigos aliados passaram a se movimentar diplomática e militarmente para definir o futuro do país derrotado. Em um primeiro momento, o chanceler argentino Mariano Varela declarou não haver interesses territoriais sobre terras paraguaias, mas logo foi substituído por Carlos Tejedor, com reivindicações muito duras sobre o território do Chaco (CISNEROS e ESCUDÉ, 2000, cap. 32).

As alterações nas diretrizes da política externa argentina, associadas a uma postura intransigente do novo chanceler, deram espaço para que o negociador imperial, o Barão de Cotegipe, negociasse em separado – o que era vedado pelo acordo da Tríplice Aliança – um tratado de paz com o Paraguai que satisfizesse as pretensões territoriais brasileiras e garantisse a permanência das tropas naquele país enquanto não se chegasse a um acordo com os argentinos.

A notícia da assinatura do tratado tencionou as relações entre a Argentina o Império ao longo dos anos seguintes. O governo de Buenos Aires sabia não ter condições militares de entrar em uma guerra com seu vizinho do norte, então partiu para a ocupação do território em litígio com o Paraguai (ZUCCARINO, 2014, p. 21) e, simultaneamente iniciou um programa de aparelhamento naval com vistas a construir frota para garantir, ao menos, a defesa da capital e dos principais portos fluviais (BERGALLO, 2012, p. 76). Naqueles anos, a todos os interlocutores estava bastante claro que o Brasil havia estabelecido um protetorado no Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 464).

Sucessivas negociações diplomáticas envolveram o envio de missões do ex-presidente argentino Bartolomeu Mitre ao Rio de Janeiro (1872) e a Assunção (1873). O representante brasileiro naquela última, o Barão de Araguaia "apenas acompanhou as negociações (...) e se absteve de exercer qualquer pressão para que o governo paraguaio atendesse às pretensões argentinas" (DORATIOTO, 2002, p. 467), impossibilitando qualquer acordo. Em 1875, nova

tentativa de acordo argentino-paraguaio foi obstaculizado pela chancelaria imperial, por acarretar em possível expansão daquele país sobre o Chaco.

Após mais esse insucesso, o novo presidente argentino, Nicolás Avellaneda, alterou o chanceler e sua política exterior, alçando Bernardo de Irigoyen ao posto com o objetivo declarado de encerrar aquele foco de tensão. No início de 1876, ele se reuniu com os representantes paraguaio (Facundo Machaín) e brasileiro (Barão de Aguiar de Andrada) e uma paz foi firmada, com o território do Chaco sendo submetido à arbitragem do presidente dos EUA, Rutherford Hayes. A partir de maio daquele ano, as tropas imperiais começaram a ser retiradas do território paraguaio.

Ao longo daqueles anos, Luiz Augusto de Pádua Fleury teve contato direto com o Barão de Cotegipe, negociador imperial do polêmico tratado com o país derrotado (1872), e futuro ministro dos Negócios Estrangeiros (1875-1877), além de ter sido secretário de Gonçalves de Magalhães, Barão de Araguaia, representante imperial em sucessivas e infrutíferas negociações. Essa experiência o qualificou a assumir como Encarregado de Negócios entre o segundo semestre de 1875 (depois que Araguaia foi transferido para o Vaticano), e o fim de 1876, quando o Barão de Araujo Gondim assumiu como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário a legação.

Luiz Augusto de Pádua Fleury e a política argentina em 1876

Responsável pela legação na Argentina, mas sob a Missão Especial do Barão de Aguiar de Andrada, Fleury foi espectador e transmissor de notícias à chancelaria no Rio de Janeiro. Como não poderia deixar de ser, deu especial atenção a discursos na Câmara e no Senado argentinos e às repercussões na imprensa das negociações dos tratados de paz e limites entre aquela república e a paraguaia.

Sem autorização para responder sobre essas negociações, ele ousou apenas comentários muito breves e positivos ao notificar ao Barão de Cotegipe, ministro das Relações Exteriores, os sucessivos avanços das ratificações dos tratados. Em fevereiro, por exemplo, escreveu:

> Tendo sido informado, esta manhã, de que os tratados ultimamente celebrados nesta cidade entre os Plenipotenciários Brasileiro, Argentino e Paraguaio haviam sido unanimemente ratificados pelo Congresso de Assunção, (...) tomei a liberdade de enviar a V. Ex. hoje mesmo o seguinte telegrama "Os Tratados foram ratificados pelo Congresso Paraguaio". Com a maior satisfação felicito a V. Ex. pelo feliz resultado desta prolongada pendência, que poderia trazer-nos muitos males[7].

[7] Fleury para Cotegipe. 24/02/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

Esse ofício é interessante, pois nele está informado o esforço para levar imediatamente a notícia à Corte, recorrendo ao recém inaugurado telégrafo, apesar dos altos custos da operação. Ao fim, este é o único momento em que ele se autoriza a opinar o caso – com o mesmo já resolvido – saudando o governo pelo "feliz resultado desta longa pendência". Termo semelhante foi empregado quando voltou a usar o telégrafo para informar a ratificação pelo Congresso Argentino, em junho, "sem a menor oposição (...). Felicitando a V. Exa. pela conclusão desse assunto"[8].

É interessante verificar como, nessa correspondência, Fleury além de reiterar a felicitação sobre a conclusão do processo, também destaca, assim como havia feito no telegrama, a unanimidade da decisão do Congresso Argentino. À diplomacia brasileira, aquele era momento de fechamento de longa pendência e tensão, iniciando-se a partir dali nova fase das relações bilaterais e também gradual mudança de poder entre o Império e a Argentina no Prata.

O cuidado com que o diplomata escrevia à Secretaria de Negócios Estrangeiros indica seu esforço para não quebrar hierarquias e se manter enquadrado a seus encargos, apenas indicando seu óbvio apoio ao sucesso das negociações mediadas por aquele a quem respondia imediatamente, o Barão de Aguiar de Andrada.

Este esforço aparece em outras correspondências, como quando precisou apoiar a retirada das tropas imperiais de Assunção, seu trânsito pela Argentina e encaminhamento aos destinos finais. Diante de uma operação de vulto e com possibilidade de gerar crises internacionais, ele descreveu detalhadamente suas ações e reiterou sempre estar sob as ordens de seu superior, como neste caso de agosto:

> Autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada, a quem consultei, como era do meu dever, dei pessoalmente execução às ordens do Governo Imperial, relativamente à desocupação pelas forças brasileiras da Ilha de Cerrito ou Atajo. Na conferência que tive com o Sr. Dr. Irigoyen, a respeito desse assunto, ponderou-me ele que seria bom que a Legação nomeasse uma pessoa para, de acordo com o Comissionado Argentino, fizesse o inventário e avaliação do que lá temos (...). Respondi ao Sr. Irigoyen que não via a menor dificuldade nisso, e que daria parte da sua proposta ao Sr. Conselheiro Barão de Andrada, como de fato assim o fiz[9].

Este caso é interessante e simbólico – e expressões semelhantes aparecem não apenas neste ofício – pois indicam a limitação do poder efetivo daquele diplomata em meio de carreira, a rígida hierarquia da administração imperial e seu esforço para executar as ordens e informar ao Barão e à Corte o que julgou como a eficiência de seu serviço.

[8] Fleury para Cotegipe. 20/06/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[9] Fleury para Cotegipe. 09/08/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

A estrutura administrativa da Secretaria exigia a autorização para quaisquer movimentos, inclusive os de ordem administrativa. E foi em um desses que Fleury aprendeu, não da forma mais sutil, a dureza da hierarquia e do trato com Cotegipe. Um caso aparentemente trivial de pedido de afastamento por motivos de saúde de um de seus auxiliares, que voltou ao Rio de Janeiro e pediu e recebeu os vencimentos do período de licença, levou a dura contestação do ministro e a longa e constrangida resposta do diplomata – que nem por isso perdeu seu cargo:

> Peço licença a V. Exa. para dizer que reconheço minha falta em ter adiantado os meses de Maio e Junho de gratificação ao Sr. Rocha Faria, sem autorização de V. Exa.; minha desculpa se explica pelo fato de que Rocha Faria estava endividado e vivia em uma casa mobiliada a que me havia responsabilizado, o que fiz mal (...), também fiz mal em não solicitar previamente as ordens de V. Exa. (...) e porque me achava só, pensei que podia dar igual quantia ao Sr. Tavares[10].

Agora Encarregado de Negócios, Fleury precisou tomar decisões que anteriormente passavam por seu superior direto. Ao gerir as finanças da legação, foi geralmente elogiado pela Secretaria de Negócios Estrangeiros, mas também passou por situações de duro aprendizado sobre hierarquia e gestão dos recursos públicos. Suas respostas, reconhecendo erros e procurando explicá-los, indicam o esforço em não quebrar mais uma vez a linha de comando, não contestar as colocações de Cotegipe, e tentar justificar suas atitudes.

As relações com seu colega, o Dr. João Adrião Chaves, Cônsul Geral do Império na República Argentina, sediado também em Buenos Aires[11] foram próximas, mas marcadas por disputas de poder. Do que se pode depreender dessas comunicações, os assuntos militares ficaram a cargo de Chaves, por ter sido chefe de Saúde da Esquadra, o que gerou alguns desentendimentos e confusões entre eles.

A mais intensa delas envolveu um caso bastante inusitado, reportado pela primeira vez por Fleury em 16 de setembro: a chegada de um navio cargueiro vindo de Roterdã com três barricas de pólvora totalizando praticamente duzentos quilos, enviadas pela fábrica Krupp à representação imperial naquela cidade de Buenos Aires. Sem ordens sobre como proceder, a resolução do caso recaiu sobre os dois, com o diplomata manifestando profunda preocupação:

> esta Legação não tem nenhum conhecimento relativo a essa remessa, e <u>que nas circunstâncias atuais, poderia ser mal interpretada qualquer disposição que eu fizesse para o</u>

[10] Fleury para Cotegipe. 10/10/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[11] Nascido em 1834 em Salvador, formou-se médico em 1858 e teve atuação intensa durante a Guerra do Paraguai. Foi então chefe de Saúde da Esquadra em operações no Paraguai (1869) e presidente do Conselho de Medicina e Higiene Pública (1870). Em 1872 assumiu o consulado em Buenos Aires. Cf. Arquivo Nacional, registro de autoridades, disponível em http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/chaves-joao-adriao-chaves-1834-1890

> desembarque das barricas, e não posso compreender a razão para que vieram elas para este porto[12].

A maior preocupação de Fleury estava no que entendia como constante instabilidade política argentina e que qualquer um dos grupos políticos em disputa tentasse se apoderar do poderoso carregamento, ou então que acusasse o Império de apoiar militarmente o outro. Ele fez questão de registrar essas preocupações na correspondência oficial enviada ao Cônsul e copiada nos ofícios enviados ao Rio de Janeiro.

Enquanto o Cônsul se comunicava com o Ministério da Guerra sobre como proceder, o diplomata procurou o Ministério de Relações Exteriores da Argentina por um apoio logístico para lidar com a explosiva carga, enfim guardadas no Parque de Artilharia. O maior problema estava em conseguir um capitão de navio que aceitasse transportar a perigosa carga ao Rio de Janeiro[13], o que demorou meses, mas o desenrolar da situação demonstrou também a já referida disputa de poder entre os dois homens. Ofício de Fleury em 26 de setembro, no auge da crise, e enviada em cópia à Secretaria de Negócios Estrangeiros, começava com uma reclamação nada sutil:

> Para constar nos arquivos desse Consulado Geral, cumpre-me dizer a V. Sa. que só hoje, pela manhã, é que me foi pessoalmente entregue pelo Sr. Piló o ofício de V. Sa. com data de 22 do corrente, relativamente às três barricas de pólvora que se acham no porto a bordo do navio "Maria Berner" procedente de Roterdã[14].

Diante da tensão da situação, de uma carga que, segundo ele "nos poderia, talvez, trazer questões desagradáveis, em vista das circunstâncias atuais e alarmantes por que passa a República"[15], Fleury manifestou indignação pela demora de quatro dias para receber a comunicação do Cônsul, que estava na mesma cidade.

Sabedor de que tal crise, que naquele momento já envolvia pessoalmente o ministro da guerra, Duque de Caxias, e dos riscos para o entendimento sobre sua atuação e, consequentemente, à sua carreira na diplomacia, ele optou por enviar todas as comunicações copiadas e de deixar registrada ação que poderia ter levado a consequências graves. Não é possível sabermos o que – e se – os dois representantes do Império em Buenos Aires conversaram ao longo dos dias, mas os registros escritos, e o esforço de Fleury em comunicar a seus superiores, indicam disputas por poder e animosidades entre o diplomata e o militar no auge daquela crise e seu esforço para explicitar sempre seus procedimentos.

[12] Fleury para João Adrião Chaves (Chaves). 16/09/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.
[13] Chaves para Fleury. 22/09/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.
[14] Fleury para Chaves. 26/09/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.
[15] Fleury para Chaves. 26/09/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

Os inúmeros ofícios enviados ao longo daquela crise também expressam um esforço do diplomata em demonstrar bom trânsito com o ministro de Relações Exteriores argentino, Bernardo de Irigoyen, e os resultados positivos de suas atuações:

> Me dirigi ao Sr. Ministro das Relações Exteriores desta República, a quem falei sobre o assunto das três barricas de pólvora (...). O Dr. Irigoyen, depois da minha exposição, mandou imediatamente desembarcá-las e aqui estão depositadas até que V. Exa. resolva o fim que devem se lhes dar. Espero instruções de V. Exa. a este respeito.[16]

Fleury sabia que era importante destacar seus sucessos e construir uma narrativa referente à proximidade e cordialidade com o governo argentino para ter uma imagem de bom negociador e representante imperial junto a seus superiores. Ele sabia que ser Encarregado de Negócios, ainda mais em Buenos Aires, era a oportunidade para ser conhecido entre as altas autoridades da Secretaria, em especial o Barão (futuro Visconde) de Cabo Frio[17], o Diretor-Geral desde 1866, e o ministro Barão de Cotegipe, seu conhecido.

Neste esforço, ele se dedicou a transmitir e opinar sobre a situação política e social na Argentina, mantendo sua narrativa sobre ampla circulação entre os circuitos políticos da capital e capacidade de obter informações seguras. Por exemplo, em novembro, relatou:

> Alguns diários desta capital anunciam que uma revolução Mitrista se acha iminente, (...) tenho procurado saber com toda cautela que grau de veracidade devem merecer estes boatos, e pessoas importantes de ambos partidos me asseguram que, por ora, nada há a temer.[18]

Apesar de se apresentar como bem relacionado com os políticos locais, Fleury mantinha tom crítico quanto à cultura política local, descrevendo sucessivamente aspectos tidos como de má gestão pública, associados ao republicanismo. Entre outubro e novembro, por exemplo, o presidente Nicolás Avellaneda esteve em viagem ao interior do país com a alegação de participar da inauguração da ferrovia que conectaria as cidades de Córdoba e Tucumán. Segundo Fleury,

> Há cerca de vinte dias que as questões políticas nesta República se acham paralisadas pela excitação geral, causada pela inauguração do caminho de ferro (...). O Sr. Presidente Dr. Avellaneda, acompanhado por alguns de seus Ministros, pelo Corpo Diplomático, Senadores e Deputados e pelas principais autoridades do país, foi expressamente assistir essa função.[19]

[16] Fleury para Duque de Caxias. 08/10/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.
[17] Sobre este homem que foi Diretor-Geral por praticamente quatro décadas: CERVO, Amado Luiz. Joaquim Tomás do Amaral (Visconde de Cabo Frio): o pensamento gestor. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). **Pensamento diplomático brasileiro**, v. 1. Brasília: Funag, 2013.
[18] Fleury para Cotegipe. 18/11/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[19] Fleury para Cotegipe. 09/11/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

Menos de uma semana depois, ele retoma a crítica:

> Como disse a V. Exa. em meu ofício último (...), a ausência do primeiro magistrado desta República tem paralisado todas questões pendentes quer internacionais, quer de interesse local: os ministros que aqui ficaram nem comparecem nas suas repartições e todo mundo ansiosamente espera a chegada do Sr. Avellaneda, a fim que os negócios públicos tenham regular andamento.[20]

É interessante verificar como, nestes ofícios que são comunicações internas e reservadas da administração imperial, o diplomata se esforçou para expressar sua oposição ao que viu como a má gestão pública associada ao regime de governo, a República. Apesar de oriundo de uma família de políticos, em sua interpretação da situação argentina ele procurava estabelecer a crítica à forma como as disputas político-partidárias na Argentina, e na República, afetavam os chamados "negócios públicos". Neste sentido, ele se vinculava a aquela descrição do historiador Ilmar Mattos, para quem "pelas mãos dos Saquaremas, aprofundava-se uma nova distinção na dimensão pública, (...) erigia-se como ideal reduzir a política – em particular, a má política – à simples administração – isto é, a boa administração" (MATTOS, 1990, p. 150).

Se o tema da má gestão pública já embutia críticas ao regime político republicano, as descrições sobre crises e rebeliões nas províncias carregavam explicitamente a imagem da oposição entre a monarquia estável e a república instável. Exemplos são inúmeros ao longo do ano, com expressões como "a população desta capital já se acha por este motivo menos alarmada, confiando que a ordem pública não será atualmente perturbada"[21], "o estado crítico e anormal do país, que de dia para dia, luta com embaraços financeiros devido, sabe-se, à falta de fé política na atual administração"[22] e "me faz crer que a República Argentina passa, neste momento, por uma crise bem desgraçada"[23].

Estes escritos de Fleury não são excepcionais entre os diplomatas do Império, mas sim a regra. Em análise sobre a correspondência de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, José Augusto Ribas Miranda verificou que

> Monarquista convicto, Varnhagen acreditava fielmente no regime como luz da civilização na América (...). O regime monárquico, que diferenciava o Brasil de seus vizinhos, era para o diplomata a maior razão de sua grandeza, proporcionando ao Brasil estabilidade e força política no cenário sul-americano. É presente em sua correspondência ativa e nos despachos

[20] Fleury para Cotegipe. 14/11/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[21] Fleury para Cotegipe. 09/03/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[22] Fleury para Cotegipe. 29/06/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[23] Fleury para Cotegipe. 07/07/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

> e ofícios de sua legação, assertivas em defesa do regime ante a "barbárie" que imperava nos países em que atuava (MIRANDA, 2020, p. 41).

Fleury fazia, portanto, parte daquele grupo de diplomatas monarquistas que viam com profunda crítica o sistema republicano e o que entendiam como suas incompetências administrativas, violências e desordens. No clima político brasileiro após a proclamação do Manifesto Republicano e o surgimento do Partido Republicano, este tema assumiu cores ainda mais ricas para aqueles diplomatas monarquistas. Quando eclodiu a chamada "Rebelião de López Jordán", ocorrida na província de Entre Ríos em novembro daquele ano, ele explicitou suas críticas:

> Nos meus ofícios anteriores (...) dar a V. Exa. notícia do estado alarmante, em que se achava este país com o receio de uma nova revolução. Hoje é um fato oficial, a invasão de Entre Ríos por López Jordán à testa de seus partidários, em vista do que o Governo Argentino acaba de decretar em estado de sítio as províncias do litoral (...) até a próxima reunião do Congresso Nacional, que terá lugar em Maio vindouro.[24]

"Receio de uma nova revolução" materializa esse entendimento de que a política na República Argentina era marcada pela instabilidade e por sucessivas rebeliões e revoluções, o oposto da imagem construída pela monarquia brasileira. Ao descrever dessa maneira aquela que é descrita como uma das últimas rebeliões do processo de unificação argentina, Fleury não estava apenas enviando informações, mas também carregando as notícias de julgamentos sobre o país em que vivia com atenção especial sobre seus leitores hierarquicamente superiores e monarquistas. Ainda no acompanhamento daquela rebelião armada, o diplomata voltou a reportar ao Barão de Cotegipe:

> O caudilho López Jordán, segundo a mesma imprensa, se acha foragido e derrotado, acompanhado apenas por alguns soldados, procurando escapar para o território estrangeiro. Estas notícias exageradas precisam de confirmação e encontram aqui muitos incrédulos que duvidam de sua veracidade pela fonte donde provém[25].

Fleury incluiu em seu relatório um vocabulário bastante específico, mas muito simbólico, o "caudilho". Ao incorporar este termo, ele não apenas demonstrou conhecer o vocabulário político local, como o utilizou sob o mesmo prisma dos liberais argentinos, de forma crítica como o de uma liderança política violenta e irracional (GOLDMAN e SALVATORE, 2005). Mais ainda do que isso, ele sabia que tal vocabulário seria compreendido e teria a mesma recepção na Corte, já que essa leitura política circulava pelo Brasil há décadas.

[24] Fleury para Cotegipe. 30/11/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[25] Fleury para Cotegipe. 10/12/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.

Quatro dias depois, ele voltou a escrever para informar que "não dizem onde se encontra detido este famigerado caudilho"[26]. A repetição do uso de tal vocabulário indica não apenas esta leitura sobre a política argentina, mas também o início de proximidade com os políticos liberais da unificação conservadora argentina. Denominar López Jordán de caudilho significava associá-lo à imagem da violência política, imediatamente identificada no Brasil com Solano López e a recém-findada Guerra do Paraguai, e com Juan Manuel de Rosas, o ex-governador de Buenos Aires e inimigo mortal do grupo político agora no poder na Argentina. Ao reportar a derrota e prisão do "famigerado caudilho", há certa satisfação da parte do diplomata brasileiro com a derrota de alguém associado com um sistema político inimigo ao Império Brasileiro.

Ao longo de todo o ano, ele enviou sistemáticos relatórios sobre a política interna argentina, acompanhando e associando dois temas centrais: as rebeliões provinciais e os embates com as populações indígenas dos pampas. A preocupação com a ordem conservadora unia a crítica a esses dois grupos que faziam oposição às elites liberais da unificação argentina. Em alguns momentos, ele inclusive estabeleceu essa associação de forma explícita:

> As últimas notícias de Entre Rios dizem que reina naquela muita agitação e alarma, por esperar-se que se realize ali, brevemente, uma grande invasão revolucionária, acrescentando-se que os inimigos só aguardam, para dar o golpe, que as forças expedicionárias se internem no deserto.[27]

Fleury convivia com as elites de Buenos Aires, para quem a clássica oposição estabelecida por Domingo Sarmiento em 1845, muito antes de vir a ser presidente, entre "civilização e barbárie" (PRADO, 1997), era um ideário político e social para a Argentina. A eles – e parece que esse discurso foi incorporado pelo monarquista diplomata brasileiro – as populações livres do campo (os *gauchos*), os líderes político-militares das províncias (os caudilhos) e os indígenas eram a materialização da barbárie argentina, combatida desde os tempos de Juan Manuel de Rosas e com especial afinco durante a Guerra do Paraguai. Fleury via, com seus "olhos do Império", aquela realidade argentina e republicana com aproximações cada vez mais constantes à realidade brasileira. Para ele, caudilhos e *gauchos* se assemelhavam a aquilo que os Saquaremas abominavam,

> uma massa de homens livres e pobres, que se distribuíam de maneira irregular pela imensidão do território e povoavam as mentes e escritos (...) da "boa sociedade" (...). Não tinham lugar, nem ocupação; não pertenciam ao mundo do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo (MATTOS, 1990, p. 121).

[26] Fleury para Cotegipe. 14/12/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.
[27] Fleury para Cotegipe. 08/04/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.

Na década de 1870, e em especial naquele ano de 1876, prevaleciam ainda alguns poucos focos de resistências dos chamados caudilhos, como López Jordán, mas a presença dos cacicados unificados dos pampas se colocava ainda como poderoso empecilho para a vitória daquele projeto liberal de Argentina agroexportadora. Contra eles estava um dos focos centrais da política governamental (PASSETTI, 2012) e Fleury acompanhava isso de perto, reportando constantemente ao Rio de Janeiro:

> Dizem os diários que os índios tem atacado a nova linha das trincheiras, e as paragens do Azul, causando toda sorte de estragos, que por hábito praticam sem humanidade, roubando queimando e matando; por esta maneira os habitantes vizinhos amedrontados abandonam suas casas com receio de, a cada momento, serem vítimas. Tem havido encontros entre as forças do Governo e as dos índios, sendo estas últimas, segundo dizem, vencedoras.[28]

Este trecho é interessante por demonstrar a forma como o diplomata brasileiro observava, descrevia analisava as relações e os combates entre os indígenas e o governo naquele período. Diferente do que ocorrera em momentos anteriores das relações entre o Império e a Argentina, o tom adotado pelo brasileiro não é o do interesse pela instabilidade no país vizinho.

Assim como ocorreu nas descrições críticas à política interna e aos caudilhos, no caso dos avanços militares sobre os indígenas, o teor adotado no ofício é de crítica às populações originárias, tidas como "sem humanidade", ladrões bárbaros, ressoando o discurso portenho. Mesmo ao relatar o que a imprensa descreveu como derrotas pontuais do governo, seu tom não foi o de comemoração.

Naquele ofício e em outros, em que afirmou, por exemplo "chegara a expedição ao deserto ao lugar denominado Carhué, ocupando-o sem obstáculo algum, pois até ali não foi encontrado nem um só índio"[29], não há análises indicativas de um olhar pela vitória indígena. Ao associarmos suas descrições daquele tipo de situação às outras, referentes às outras "barbáries sarmientianas", é possível identificar um discurso muito mais próximo ao da defesa da ordem, do que outro vinculado ao interesse pelo caos, desestabilidade ou fragmentação argentinas, temas jamais citados ao longo de todo o ano.

Considerações finais

Luiz Augusto de Pádua Fleury, diplomata do Império Brasileiro em meio de carreira, que havia assumido interinamente como Encarregado de Negócios a legação em Buenos Aires, escreveu

[28] Fleury para Cotegipe. 09/08/1876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).
[29] Fleury para Cotegipe. 29/04/0876. AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4.

durante todo o ano de 1876 à Secretaria de Negócios Estrangeiros, então sob o comando do Barão de Cotegipe.

Acompanhar aquela correspondência oficial, mas interna ao ministério, é ferramenta interessante para a análise de quais eram as possibilidades e limitações da atuação daqueles diplomatas ainda não no topo da carreira e também suas estratégias para serem reconhecidos e eventualmente promovidos. Ao longo dos ofícios de Fleury, é possível verificar um esforço muito claro dele para se colocar como crítico ao sistema político republicano e às desordens a ele associadas. Conservador e monarquista que era, via com muita crítica a administração pública republicana e os levantes armados dos chamados caudilhos.

1876 foi o ano em que a paz finalmente foi assinada e ratificada entre os antigos aliados da Tríplice Aliança e o Paraguai. Momento de retirada das tropas imperiais do país derrotado e de distanciamento da diplomacia imperial dos temas platinos. Fleury não se mostrou em momento algum engajado na desestabilização da Argentina. Suas preocupações, pelo contrário, iam sobre aqueles que levavam a desordem a aquele país.

Em outro ofício enviado referente à instabilidade em Entre Ríos e os boatos sobre uma possível rebelião, carregou algumas expressões que fogem ao padrão esperado de um monarquista brasileiro e indicam a possibilidade de uma maior aproximação e identificação de Fleury com determinado grupo político argentino:

> As notícias políticas, nestes últimos dias, são extremamente desfavoráveis à prosperidade, de que tanto necessita a República Argentina. Fala-se de novo em revolução em Entre Ríos. A cidade de Buenos Aires vive em completa alarma, há oito dias (...). Creio, entretanto, que a maior parte disto serão simples boatos: mas o que na verdade é um fato consumado é a posição crítica das finanças neste belo país.[30]

"Prosperidade de que tanto necessita a Republica Argentina" e "este belo país" não são expressões usuais em ofícios de diplomatas do Império Brasileiro naquele que era tido como seu maior adversário na política regional. Suas incorporações por parte de Luiz Augusto de Pádua Fleury, assim como as críticas a aqueles identificados por Sarmiento como bárbaros, são indícios de uma gradual transição na forma pela qual aqueles monarquistas brasileiros enxergaram o país vizinho, já identificada na imprensa da Corte naquela mesma época (RAMOS, 2013).

Ao mesmo tempo em que criticava a administração pública e a associava à República, e também entendia aquele regime de governo como propício à desordem, à instabilidade política e social, o diplomata imperial passou a incorporar discursos dos liberais de Buenos Aires – com quem

[30] AHI, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, V. 205/4/4 (grifos nossos).

convivia e se dizia próximo – e a imaginar como poderia avançar a riqueza daquele local que agora podia ser elogiado.

Após a assinatura dos tratados entre a Argentina e o Paraguai e suas ratificações pelos Congressos, a Guerra do Paraguai estava terminada e novas questões começavam a ser colocadas à diplomacia. Como bem definiu Ori Preuss, encontros diretos, aumento da navegação e do comércio, o telégrafo e notícias diárias fizeram com que "o Rio fosse mais próximo de Buenos Aires do que de muitas cidades do Brasil" (PREUSS, 2011, p. 45). Chegara a hora de começar a olhar para a Argentina não apenas como o templo da barbárie, mas como um país vizinho que parecia mais semelhante do que as antigas imagens binárias construídas pelos ideólogos do Império faziam crer.

Referências

Fontes

Arquivo Histórico do Itamaraty, Ofícios Recebidos, Buenos Aires, Volume 205/4/4.

Correio Official de Goiaz, 29/11/1884. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/167487/4307. Acesso em 18/11/2020.

Diário de Pernambuco, 09/12/1872. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/6945. Acesso em 18/11/2020.

Bibliografia

BERGALLO, Jorge. *1874-1892*. La integración de la Patagonia y el mantenimiento de la paz con Chile. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2012.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *O recrutamento da burocracia imperial durante o Segundo Reinado Brasileiro:* o caso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1840-1889). Saarbrücken: Nova Edições Acadêmicas, 2015.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CERVO, Amado Luiz. Joaquim Tomás do Amaral (Visconde de Cabo Frio): o pensamento gestor. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *Pensamento diplomático brasileiro:* formuladores e agentes da Política Externa (1750-1964), vol. 1. Brasília: Funag, 2013.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo editor latinoamericano, 2000.

CORONATO, Daniel. Visões da diplomacia brasileira no Prata: os ofícios do governo do Rio Grande do Sul. *Cadernos do CHDD*, Brasília, Funag, Ano 16, n. 31, p. 527-557, 2017.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das

Letras, 2002.

FREDRIGO, Fabiana. *Guerras e escritas*. A correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp). *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª Ed.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (org). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: DH/FFLCH/USP; Humanitas, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIRANDA, José Augusto Ribas. De costa para a América, de frente para a Europa: a orientação da política externa do Império do Brasil. *Vínculos de História*. Ciudad Real, n.9, p. 367-382, 2020a.

MIRANDA, José Augusto Ribas. *Um monarquista nas repúblicas*: a diplomacia de Francisco Adolfo de Varnhagen nas repúblicas do Pacífico, 1863-1867. Jundiaí: Paco, 2020.

MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa Noronha de. *História intelectual latino-americana*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2016.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *Pensamento diplomático brasileiro:* formuladores e agentes da Política Externa (1750-1964), vol. 1. Brasília: Funag, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2001.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Para ler o Facundo de Sarmiento. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

PREUSS, Ori. *Bridging the island*: Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1865-1912. Madri: Iberoamericana, 2011.

RAMOS, Paula da Silva. *Vozes do Império:* Estados Unidos e Argentina no debate politico da imprensa brasileira (1875-1889). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas:* política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ZUCCARINO, Maximiliano. Competencia y rivalidad argentino-brasileña en el Paraguay tras la Guerra de la Triple Alianza. *Revista de História UEG*. Anápolis. V. 3, n. 2, 2014, pp. 01-29.